

JUVENTUDE, REVITALIZAÇÃO CULTURAL E A TEMÁTICA DAS GERAÇÕES

YOUTH, CULTURAL REVIVAL AND THE THEME OF GENERATIONS

Simone Ribeiro Nolasco

Doutoranda em Educação. Programa de Pós Graduação em
Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.
nolascos@terra.com.br

Nicanor Palhares Sá

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós Graduação
em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.
palhares@cpd.ufmt.br

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre as categorias juventude e geração estudadas no interior de uma pesquisa de doutorado, e investiga prática cultural de cunho político e da ordem do identitário, organizada por jovens secundaristas. Trata-se da produção de jornais estudantis entre os anos de 1926 e 1937 que, na ordem da esfera pública, intra e extra-muros ginasiais, põe em evidência novas formas e novos espaços de ações individuais e coletivas da juventude; jovens que se fazem sujeitos e se fazem ouvidos em movimentos e ações de caráter cultural que se compõem de uma dimensão política à medida que criam novas propostas, alargam interesses, sociabilizam ideias e relações de poder. Segundo Lara (2008), trata-se de um tipo de participação social parcamente reconhecido dado seu formato localizado, fluido, descontínuo. Busca-se ainda, neste trabalho, levantar os desafios de se trabalhar com a temática da juventude em sua conexão com a categoria de geração e, nesta perspectiva, ampliar as possibilidades de abordagem do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Geração. História da Educação. Jornal estudantil. Juventude. Sociologia da Juventude.

ABSTRACT: In this paper we present reflections on the youth categories and generation, studied inside of a doctorate research and we investigated the cultural practice of a political view and identifying order of intensification, organized by secondary school students. It is the production of student's newspapers between the years of 1926 and 1937, that in order of the public sphere, intra and extra walls of the secondary school, to get in highlights new ways and new spaces of individual and collective actions of youth; Young people that are subject and they reach the ears in movements and actions of cultural character which are composed of a political dimension to create new proposals, stiffen interests, became sociable ideas and power relations. Second Lara (2008), it is a type of social participation badly recognized given its format located, fluid and discontinuous. We search still in this work, raise the challenges to work with the theme of the youth in its connection with the category of generation and in this perspective, expand the possibilities of approach to this subject.

KEY WORDS: Generation. History of education. Sociology of youth. Youth. Student newspaper.

1 Introdução

Em estudos dedicados à juventude, a categoria de geração torna-se recorrente e relevante na medida em que nos fornece elementos importantes de análise do modo de ser jovem e das culturas juvenis enquanto construções sócio-históricas. Ambas as construções remetem a interessantes desafios metodológicos e relacionam-se, mais estreitamente, quando situadas na perspectiva da Sociologia da juventude, um campo privilegiado que favorece fecundas articulações com a História e a Educação.

Neste artigo, especificamente, refletimos sobre a temática da juventude apoiando-nos em estudos de Mannheim (1983), Pais (1990), Weller (2007) e Lara (2008), autores¹ que nos permitiram contrapontos para melhor compreensão desta categoria e a de geração. Ambas são pensadas no interior de uma investigação mais ampla em História da Educação e tangenciam a análise de um processo de associação de jovens secundaristas na produção de jornais estudantis nas décadas de 20 e 30 do século XX; este tipo de impresso circulava dentro e fora do ginásio e constituía-se como produção cultural de jovens em sua maioria entre 16 e 20 anos. A pesquisa – muito embora não tratada propriamente neste texto – nos fornece dados e elementos de análise para as considerações aqui expostas.

2 A categoria de juventude

Definir a categoria de juventude é tarefa das mais complexas ao considerarmos que, para além dos seus aspectos biológicos e jurídicos, trata-se de uma construção social que se elabora segundo critérios históricos e culturais e que se pode modificar a partir de diferentes períodos e sociedades. (LARA, 2008, p. 220). Bourdieu refere-se a esta categoria como algo altamente manipulável e manipulado socialmente, principalmente ao tratar-se o jovem como parte de uma “unidade social”, grupo dotado de interesses comuns e uma “cultura juvenil” como unitária. A noção de juventude como construção sociológica tem se prestado, segundo Pais (1990, p. 140), a vulgarizações arbitrárias; termo que designa uma ampla diversidade de sentidos e conceitos.

Ao estudarmos o tema da juventude, é imperativo considerar as imagens/representações estereotipadas que os “media” fazem dela. “O conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização [...]” (LARA, 2008, p. 223). A diversidade e a pluralidade fazem parte desta construção e não podem ser desprezadas. Nesta direção, a aceitação do pressuposto de que a juventude deve ser encarada como categoria heterogênea em função mesmo da pluralidade de origens, interesses, perspectivas, condições, trajetórias, posições culturais e sociais dos jovens. Estabelecem-se, a partir daí, desafios à Sociologia e aos estudos sobre o tema; entre eles a desmistificação e desconstrução de aspectos da ideologização e estereotípias que se colocam por trás da construção social da juventude como uma cultura homogênea. “A juventude é um mito ou quase mito que os próprios media ajudam a difundir [...]” (PAIS, 1990, p. 144).

Para Lara (2008, p. 220) a juventude não deve ser analisada exclusivamente em termos jurídicos e biológicos, pois que se caracteriza por símbolos e valores próprios de cada lugar e cultura e segundo períodos da história. Pais (1990), muito embora adotando o pressuposto de heterogeneidade do termo, propõe que a juventude seja entendida em se relacionando dois eixos semânticos e que se reportam às duas correntes sociológicas que a investigam: a “corrente geracional” e a “corrente classista”. Propõe, este último, portanto, um exercício para se analisar a juventude nestas duas perspectivas, a saber: “[...] uma, como aparente unidade quando referida a uma fase de vida e, outra, como diversidade quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros [...]”, seja o jovem operário ou estudante, morador da cidade ou da zona rural, pertencente a esta ou aquela etnia, a esta ou aquela classe etc. (PAIS, 1990, p. 149).

Para a “corrente classista” a juventude é vista como conjunto social diversificado, adotando-se diferentes culturas juvenis de acordo com pertencas econômicas, culturais, ocupacionais etc. Para a “corrente geracional”, por outro lado, a juventude é tomada como um conjunto social de indivíduos que se conectam a uma fase de vida investida de traços uniformes e homogêneos próprios dessa fase, “[...] uma cultura juvenil específica e uma geração definida em termos etários” (PAIS, 1990, p.140). A partir destas duas perspectivas, ainda que semanticamente

opostas, consideramos a importância de relacioná-las à noção de juventude na medida em que nos permitem reconhecer o indivíduo jovem tanto como pertencente a uma geração com suas características próprias, como aquele que se distingue de outros, de sua ou de outra geração, por trajetórias pessoais e sociais distintas.

Esse reconhecimento em dupla acepção da categoria juventude norteia-nos a compreensão de manifestações coletivas e/ou individuais da mocidade que se tornam relevantes para a sociedade; essas manifestações marcam etapas de crescimento e de afirmação destas gerações e/ou grupos juvenis e, em muitas ocasiões, revitaliza o próprio meio social. Interessou-nos em nossa investigação verificar, dentre outros, o que mobiliza o jovem a inserir-se ou não num movimento cultural e a engajar-se na esfera pública, em seu meio social – se por influências de indivíduos de gerações mais velhas ou de sua própria geração; se por motivações econômicas, de *status* social, de identificação pessoal com ideologias e/ou partilha de interesses comuns ao grupo a que se vincula ou, mesmo, a identificação com uma geração anterior que se quer reproduzir e seguir os passos. Importa a partir dessas proposições, como vimos, levar-se em consideração a categoria de geração, visto que ela traz subsídios para o entendimento mesmo da trajetória social de parcelas da juventude.

A sociologia da juventude segundo Pais (1990, p. 148) considera que, a partir da segunda metade do século XIX, a juventude começou a ser esboçada culturalmente como “fase de vida”; um período marcado por mudanças nas relações entre família, escola e trabalho e quando se ampliavam preocupações em torno de problemas sociais específicos dos jovens, reconhecidamente ligados a uma cultura adolescente como a utilização de drogas, a delinquência, a baixa inserção no mercado de trabalho etc. Nos fins dos anos 1960, a juventude firmava-se como um “problema” ao ser identificada socialmente como ator principal de “[...] uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais [...]” (PAIS, 1990, p. 143). Os poderes públicos começaram aí a tomar providências e medidas públicas (como prolongamento da fase de escolaridade, aumento de casas de correção para menores, legislação sobre o trabalho infantil etc.), para saná-los – momento em que a sociedade passou a visualizar os problemas expostos como inerentes a essa fase de vida.

Lara (2008) apresenta-nos balizadores que sinalizaram historicamente o ser jovem no Brasil em diferentes épocas, o que fez variar o prolongamento ou não da juventude em termos etários, segundo essa ou aquela instituição, segundo esse ou aquele período, variando-se os critérios. Alguns destes balizadores são: o Código de Menores, de 1927 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, dentre outros. A concepção de juventude, para Lara, está ligada a um ponto de vista menos geracional e mais sob uma ótica da diversidade; noção mais articulada a uma dada realidade histórica e social, como já visto. A juventude nestes termos é identificada como “[...] representação social simbolizada e vivida com diversidade na vida cotidiana, uma vez que é um mix entre combinações das situações sociais e das diferenças culturais” (2008, p. 220). Citando Levi, à medida que atravessam faixas etárias, em maior ou menor espaço de tempo, os jovens estabelecem com a sociedade uma “condição de jovem” que caracteriza a juventude “[...] determinando tanto as atitudes sociais, a atitude dos outros no seu confronto, quanto às visões que os jovens têm de si mesmos” (1995 apud LARA, 2008, p. 220). A juventude é simultaneamente, nesta direção, uma condição social e um tipo de representação; uma diversidade que se manifesta nas trajetórias sociais (de classe), culturais (posicionamentos identitários e religiosos, étnicos etc.), de gêneros, geográficas, dentre outros. Nessa ótica da diversidade, a juventude

[...] ganha contornos específicos no conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim determinado, muito menos como um momento de preparação que será superado ao se entrar na vida adulta. A juventude deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um (LARA, 2008, p. 223-224).

Os jovens constroem ainda, segundo este autor, diferentes modos de ser jovem de acordo com suas trajetórias e experiências próprias, o que nos predispõe a assumirmos essa perspectiva plural de juventude e a articulá-la a determinadas realidades históricas e sociais.

Os contatos com as fontes da História da Educação nos fornecem elementos para considerar que, no século XIX e início do XX, a noção de juventude assumia ainda uma concepção ligada estritamente a fases da vida; o predomínio de uma representação e uma ótica negativa de um ser ainda “inacabado”, de um “vir a ser” no qual o jovem, ainda em processo formativo, via deslegitimadas as experiências de seu presente e as visões que tinham de si mesmos. Falava-se das peculiaridades do jovem, mas não se escutava sua voz, não se perscrutavam suas produções e motivações no confronto com o outro de sua ou outra geração. Ao contrário, reafirmava-se um modelo disciplinar e de ordem a que o jovem deveria posicionar-se ante a geração adulta.

No jornal estudantil *A Crisálida*, de 15 de fevereiro de 1927, lê-se um artigo sem assinatura discorrendo sobre uma solenidade no Liceu, quando 55 jovens liceístas fizeram juramento à bandeira. Nesta ocasião, a presença “de todo o mundo oficial, político e intelectual”. A fala das autoridades estimulando

[...] os alunos a não se esquecerem das palavras de juramento alli repetidas; a não se desviarem nunca do caminho da verdade, da justiça e a nunca se revoltarem contra as autoridades judicialmente constituídas, enfim, que se lembrassem de que eram a reserva da Nação e, como tal, formavam o exercito da victória, sendo necessário não deixarem nunca de lado o seu fuzil [...] (A CRISÁLIDA, 1927, p. 2).

Mannheim (1983), autor ligado à “corrente geracional”, faz-nos conceber os jovens como “recursos latentes” da sociedade e que podem ou não ser utilizados em prol de sua revitalização. Segundo ele, a função da juventude é a de ser agente revitalizador que anima e possibilita à sociedade modificar-se. O jovem é considerado um “homem marginal, em muitos aspectos um estranho” à medida que ultrapassando a questão biológica, insere-se na vida pública como um elemento “de fora”, não habituado, envolvido ou comprometido com os valores e padrões legitimados da ordem social vigente, “vivendo no limiar da sociedade” (MANNHEIM, 1983, p. 96).

Os jovens, tanto como “estranhos” em Mannheim (1983), quanto representação “[...] vivida com diversidade na vida cotidiana [...]” em Lara (2008, p. 220), assumem postura mais aberta, flexível a novas proposituras, podendo aderir com mais facilidade ao novo sem as resistências naturais do adulto. Para isso, segundo o primeiro autor, devem ser integrados e mobilizados para assumirem-se como agentes de mudança que podem alterar o *status quo*. A ação do jovem no cenário cultural de seu tempo, na escrita do jornal estudantil é, assim, espaço que outorga identidade e voz ao jovem; lugar de fabrico de uma poética própria dos moços. Nesta perspectiva, é o direito da juventude de ser apreciada e reconhecida em um lugar e com um caráter próprio.

Importante perceber nas fontes pesquisadas (jornais estudantis produzidos por alunos secundaristas) a própria compreensão que estes jovens faziam de si, suas peculiaridades e as maneiras de viver distintas do adulto. Dando conta de uma relativa autonomia deste jovem frente às capacidades e habilidades de ordem intelectual e social rumo à concretização de uma natural necessidade de liberdade de expressão, contrapomos aqui a própria incompletude do ser humano em suas trajetórias pessoais e no curso das civilizações: um ser humano inacabado, em constante vir a ser.

3 A noção de geração

A categoria de geração vincula-se à categoria de juventude quando a consideramos em sua construção histórica e social. Revisando Mannheim, Weller (2007, p. 2) nos remete a dois enfoques teóricos sobre geração, a saber: a vertente positivista que, numa abordagem quantitativa, associa as gerações a “[...] um conceito de tempo externalizado e mecanicista, pautado por um princípio de linearidade [...] e aspectos biológicos e cronológicos.” A outra vertente, oriunda do pensamento histórico-romântico da corrente alemã defendida por Mannheim é de cunho qualitativo, compreendendo que o “[...] problema geracional se transforma no problema da existência de um tempo interior não mensurável [...] um tempo interno que só pode ser apreendido subjetivamente e não objetivamente” (MANNHEIM, 1983 apud WELLER, 2007, p. 3).

Weller (2007 apud SCHAFFER, 2003, p. 60-63) sintetiza cinco aspectos que, segundo Mannheim, distinguem uma sociedade marcada por mudanças geracionais e que, por sua vez, apontam uma série de elementos interessantes para futuras análises no campo da história, da sociologia e da educação. São eles: A “irrupção de novos portadores de cultura”, responsáveis pela vitalidade e dinamicidade da sociedade, o que nos faz refletir sobre novos valores, crenças e práticas que emergem nas sociedades e que a dinamizam e alteram. A “saída constante dos antigos portadores de cultura”, que implica na perda de bens culturais à medida que se dá a sucessão das gerações e o esquecimento e/ou superação daquilo que deixou de ser significativo ou necessário à comunidade. Outro aspecto é a “limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico”, que nos remete a uma identificação intrageracional, uma quase posição comum entre nascidos no mesmo período e a possibilidade de testemunharem acontecimentos iguais e/ou semelhantes e até mesmo de processá-los de maneira parecida. Interessa aí, sobretudo, a maneira como esses indivíduos experimentaram e vivenciaram acontecimentos marcantes de sua geração. O quarto aspecto trata da “necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados” – este, um grande desafio das gerações mais velhas e das instituições em relação a gerações mais novas. O que manter e transmitir e como transmitir um movimento inter e intrageracional necessário entre pais e filhos, professores e alunos, velhos e novos. A apropriação e reinterpretação deste conhecimento acumulado e transmitido subentende um processo dinâmico. O último e quinto aspecto é o “caráter contínuo das mudanças geracionais”, o que implica dizer que os que aprendem e os que ensinam permanecem em constante interação; sobre este item Mannheim destaca o papel importante das “gerações intermediárias” que, mais próximas entre si, influenciam-se e se fazem influenciar reciprocamente.

Na discussão das gerações, Mannheim desenvolve ainda reflexões sobre os processos de constituição e composição das gerações; aqueles atores, “forças mobilizadoras e constitutivas das referências históricas e culturais de uma geração” (MANNHEIM, 1983 apud WELLER, 2007, p. 9-10). Pode tratar-se de grupos concretos, movimentos culturais, políticos, econômicos, “experiências adquiridas em contextos comunicativos” que influenciam e formam gerações, independentemente da formação acadê-

mica ou do nível mais ou menos intelectualizado de seus envolvidos. Neste caso, as experiências juvenis são tratadas como fontes privilegiadas de investigação, uma vez consideradas relevantes essas vivências que constroem a liberdade e a autonomia individuais e de grupo e que marcam gerações, subvertendo sistemas vigentes, rejeitando e/ou modificando relações à medida de novos arranjos e reapropriações pelos jovens.

Os estudos de Mannheim acerca das gerações apontam para um caminho teórico metodológico que, segundo Weller (2007, p. 12), sugere aos pesquisadores não optar por apenas uma corrente metodológica ao analisar a juventude e “[...] buscar esgotar possibilidades de interpretação de um determinado tema.” Weller amplia a sugestão propondo o “método documentário de interpretação”, que consiste numa abordagem multidimensional de análise das relações sociais e geracionais e sugere a elaboração de instrumental analítico para mapear as experiências singulares e concretas dos indivíduos de uma mesma geração. (WELLER, 2007, p. 12-13).

Retomamos Pais (1990) que, ao falar da corrente geracional para além da teoria das gerações de Mannheim, chama-nos a atenção, ainda que de forma sucinta, para a questão das continuidades e discontinuidades de valores intergeracionais e as crises aí relacionadas, o que nos remete aos hábitos e valores socioculturais que se quer manter ou romper próprios de outra geração. Este autor remete-nos também à existência de teorias da “socialização contínua” e da existência de uma “cultura juvenil” no singular ou de “subculturas juvenis” (filiações desta cultura juvenil) que se opõem relativamente à cultura dominante das gerações mais velhas. Sobre a cultura juvenil e processos de socialização, trataremos mais adiante.

3.1 Estereotípias e desqualificação da juventude como geração

Como já sinalizado, ao se empreenderem estudos sobre jovens, faz-se necessário levar em conta as representações estereotipadas da juventude arraigadas no meio social e que por aí circulam. É isso, ou corremos o risco, segundo Lara (2008), de investigar a juventude de forma negativa, enfatizando elementos que lhe faltariam para corresponder a determinado modelo de “ser jovem”; além de não conseguirmos apreender os “jovens reais”, aqueles construtores de suas vivências. (LARA, 2008, p. 220).

Segundo o mesmo autor, algumas imagens que circulam sobre a juventude dão conta, como já exposto, da condição de transitoriedade – um vir-a-ser que nega a experiência atual do jovem e sua bagagem presente; ainda a tendência a encarar a juventude como momento de crise dominada por conflitos de identidade, de autoestima e de personalidade; ainda uma visão romântica da juventude como tempo de liberdade, prazer, comportamentos exóticos ou, também, um tempo de ensaio e de erros marcados por certo hedonismo e irresponsabilidade. (LARA, 2008, p. 218-219). O autor chama-nos ainda a atenção para o cuidado de superarmos a representação que restringe a participação política dos jovens necessariamente a formas de militância política em movimentos estudantis e partidos políticos, modelo simbólico construído e idealizado a partir dos jovens de 1968, no Brasil. (LARA, 2008, p. 226). Neste particular, o teórico põe em evidência novas formas e novos espaços de ações individuais e coletivas da juventude; jovens que se fazem sujeitos e se fazem ouvidos, por exemplo, em movimentos e ações de caráter cultural e que se compõem de uma dimensão política à medida que criam novas propostas, alargam interesses, sociabilizam pessoas e relações de poder. Trata-se de um tipo de participação social parcamente reconhecido dado seu formato localizado, fluido, não contínuo. (LARA, 2008, p. 226). A cultura juvenil-adolescente estabelecida principalmente a partir da década de 1950 deve ser posta em questão na medida em que se mantém ideologicamente arraigada e nos impede de assumir uma ótica mais realista, plural, menos rígida das maneiras de ser jovem. Há que se levar em conta a diversidade dos contextos e o processo de construção desta cultura e suas representações.

De acordo com Pais (1990) depara-se a teoria sociológica com um grande desafio que é o de estabelecer rupturas com a “doxa” dominante (opiniões espontâneas) da juventude e se constituírem “doxas” mais firmes e consistentes, representações não manipuladas ou forjadas pelos *medias*. Nos anos 60 e 70 do século XX, era muito comum a circulação de representações de uma juventude militar, utópica e solidária, tanto quanto uma versão de juventude como problema social e/ou uma cultura juvenil presa a aspectos fragmentados de sua expressão. (PAIS, 1990, p. 145). A cultura juvenil – como temos visto – é construção social que existe mais como representação do que realidade, sendo necessário desmistificá-la enquanto

representação de unidade e homogeneidade, visão comum entre autores da corrente geracional.

De acordo com Pais (1990), no campo da sociologia da juventude, as “culturas juvenis” são vistas, predominantemente, tanto pela corrente classista quanto pela geracional, como “[...] processos de internalização de normas, como processos de socialização [...]” (PAIS, 1990, p. 163). Segundo esse autor, deveriam ser pensadas mais além, levando-se em conta um conceito mais dinâmico de caráter antropológico que considere também os modos de vida e as práticas cotidianas fundamentais no âmbito de instituições e da vida comum do jovem. (1990, p. 163-164).

Nesta direção, pensamos nas diferentes formas de associativismo (literários, esportivos, cívicos, políticos, artísticos etc.) comuns à geração adulta e que fluem para os mais novos, seguindo redes de interação cotidiana, forjando novos usuários e novas formas de pensar; jovens que se apropriam e se reapropriam de modelos tradicionais, mas os ressignificam, manipulando redes interativas e espaços sociais de modo peculiar que lhes atendam as necessidades de expressão e de autoidentificação com o mundo, seja no interior do cenário escolar, social, familiar etc.

3.2 Tensões e interações inter e intrageracionais

Os processos de interação entre jovens de uma mesma geração (relação intrageracional) e indivíduos de outras gerações (relação intergeracional) torna-se campo fértil de investigação, pois que nos remetem a intenções, interesses, trajetórias e distinções individuais e grupais a propulsião de experiências relevantes na arena sócio histórica.

Segundo Lara (2008, p. 225), as interações e produções sociais oriundas de diferenças intra e intergeracionais no caso dos jovens, e que se dão em forma de código, constituem menos uma estrutura de troca, e mais uma questão de reafirmação de prestígio e uma busca pessoal e social de distinção identitária juvenil.

Em *A Crisálida*, de 1º setembro de 1932, Mario L. Vieira, jovem redator-chefe do jornal, diz que a classe estudantil deve inserir-se na campanha cívica e valorizar mais seu país; parar de valorizar apenas o que vem do estrangeiro, embora não seja a favor do boicote dos produtos im-

portados, e dar preferência a artigos nacionais de boa qualidade; o autor convoca os jovens aos bríos patrióticos. “A classe estudantina, essa ardorosa colmeia, destinada a contribuir num futuro próximo, ao engrandecimento do Brasil, cabe indiscutivelmente um papel preponderante na campanha cívica” (A CRISÁLIDA, 1932, p. 2).

Atravessando período marcado por uma busca de inserção na vida pública, seja em grandes ou pequenos agrupamentos, a mocidade vê-se ocupando espaços dantes não ocupados e que lhe permitem fazer-se reconhecida pelos pares.

A “corrente geracional” admite uma cultura juvenil que se opõe a outras culturas geracionais e a existência de crises e conflitos quando da ocorrência de confrontos e tensões entre gerações, frutos de descontinuidades de valores entre elas. (PAIS, 1990, p.153). Para essa corrente, uma das questões fundamentais, ao estudarem-se os jovens, é esta compreensão das continuidades e rupturas intergeracionais. As permanências supõem certa reprodução ou acomodamento do jovem à cultura adulta e as descontinuidades às diferenças e incompatibilidade entre valores culturais. Para os que sustentam a ideia das descontinuidades, tanto o ativismo quanto a passividade de indivíduos ou grupos de jovens, significariam processo de “segregação geracional”. Os confrontos geracionais são aí considerados mais como processos de “[...] ritualização de afirmação de independência [...]” do que de contestação. (PAIS, 1990, p. 155).

Nas décadas de 1920 e 1930, não obstante o reconhecimento de fortes relações de domínio e dependência dos jovens em relação ao mundo adulto (mundo regulado por prescrições normativas e, no qual, oportunidades de poder como participação no poder decisório e de escolhas expressavam-se desigual), o jovem inaugura práticas culturais, táticas de participação e de liberdade como produções de jornais, criação de agremiações estudantis de ordem literária, cívica e esportiva etc. Rumo a certa autonomia intelectual que “debuta” sua participação na vida pública, e seguindo o modelo do intelectual adulto (pais, professores, autoridades) que lhe inspira a trajetória, o jovem quer ver-se e sentir-se reconhecido em suas iniciativas e realizações. Esses movimentos associativos, embora fluídos e não contínuos, antecedem aqueles da ordem da organização política e/ou de classes, como o ocorrido em 1945, quando da primeira organização dos estudantes secundaristas – a criação da União Brasileira de Estudantes

Secundaristas (UBES) –, ainda o movimento de 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, quando da instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes, a fundação da União Nacional de Estudantes (UNE). Antes, porém, da organização política em massa desses estudantes secundaristas, vemos ações micro-localizadas que nos podem indicar os germens de uma consciência política mais crítica.

As teorias da “socialização contínua” foram predominantes nas décadas de 1950, quando se acreditava que os jovens eram socializados sem grandes tensões e aderiam aos costumes e tradições do mundo adulto sem grandes conflitos. Estas teorias supõem que a socialização juvenil aconteça via processos de influências sociais mediante orientação “[...] para integração dos jovens num sistema de relação e valores sociais [...] e geralmente atribui aos jovens um papel passivo de assimilação [...]”, muito embora reconheça certa influência de posicionamentos e atitudes dos jovens nesse processo. Na “socialização contínua” há ainda os que defendam a ocorrência do processo de “juvenilização” da sociedade e que designa a “[...] capacidade dos jovens de influenciarem os adultos [...]” (PAIS, 1990, p. 155).

Mudanças sociais, intencionais e não intencionais, vão se efetivando à medida que o jovem posiciona-se a favor ou contra medidas e ordens estabelecidas pelo mundo adulto, o que resulta pouco a pouco em alterações de velhos padrões e hábitos culturais tidos como ultrapassados (tanto a nível de relação entre gerações mais velhas e mais novas, quanto de maior participação social dos mais novos). Parece ocorrer processo de distanciamento de normas do passado e novos símbolos e representações vão se instalando num mundo cada vez mais informalizado.

Na *Folha Juvenil*, de 15 de julho de 1937, um jovem de pseudônimo “Louquinho” critica hábitos de sua época:

Resolvi fazer uma crítica sobre os nossos costumes [...] notamos ratas² por todos os lados a começar pelo nosso vestuário: a gravata que um homem usa, nada mais é que um desajeitado enfeite, que ornaria apenas para o Carnaval. [...] e o nosso paletó, para que serve? Para resguardar o corpo é o que não é, pois para isso basta a camisa. Serve apenas para nos tirar a agilidade e proporcionar maior calor para nosso corpo já ultra quente devido ao nosso clima tropical. O chapéu usado a noite não

é tolice? É o mesmo que uma senhorita usar sombrinha numa noite estrelada [...] (FOLHA JUVENIL, 1937, p. 5).

Em *A Crisálida*, de junho de 1927, o jovem Pulchério Filho reclama da ocorrência em seu tempo de uma festa tradicional, a Tourada, que segundo ele “[...] é divertimento bárbaro próprio dos bárbaros invasores ainda no século XX! Absurdo num povo que se diz civilizado. [...]”. O jovem faz analogia desta aos divertimentos romanos violentos na época de Cesar e diz que tais eventos causam mal às crianças, pois que, segundo ele, lhes estimulam sentimentos de crueldade e crime. (A CRISÁLIDA, 1927, p. 1).

Vemos o estudante ganhando mais espaço e autonomia à medida que faz ressoar sua voz e sua opinião; a busca por alterações de hábitos e valores que considera ultrapassados faz gerar um lento, mas efetivo processo de informalização e democratização das relações sociais. Para muitos adeptos da tendência geracional, a cultura juvenil, entretanto, é reconhecida como “contracultura” que põe em questão e ameaça a cultura adulta.

As diferentes maneiras de ser e de se expressar jovem, as diferentes culturas juvenis podem revelar possíveis rupturas e/ou permanências, diferentes maneiras de expressar e vivenciar experiências, crenças e práticas. Há que se levarem em consideração as diferentes trajetórias e maneiras de pensar de cada jovem e grupos de jovens em suas experimentações e concepções de mundo, para se chegar a uma visão mais ampla e realista das formas de ser jovem no passado e no presente. Nesta perspectiva torna-se importante examinar a geração de jovens como um conjunto social que se diferencia de outros jovens de sua geração revelando tensões manifestas e não-manifestas; o que é aparentemente homogêneo e o que é heterogêneo. Isso é ir além das questões das permanências e/ou descontinuidades dos valores intergeracionais.

Mannheim, apontando para a questão da educação e ensino, reconhece dificuldades na relação entre professores e alunos e que, segundo ele, se relacionam com as diferentes visões de mundo entre as gerações. Para se ultrapassar e superar tais tensões, segundo o autor, há que se realizar um processo de interação e troca de papéis, numa dinâmica incessante na qual um educa o outro – permissão de ensinar o outro e de ser ensinado por ele. (MANNHEIM, 1993, p. 7). Esta visão corresponde a uma atitude de estar

aberto ao conhecimento do outro, independentemente de onde e por quem o saber possa ser deflagrado e estimulado.

Mesmo reconhecendo as diferentes visões de mundo entre as gerações, Mannheim nega a existência de suposta dicotomia entre novas e velhas gerações. Neste sentido, ele chama a atenção para as gerações que se influenciam reciprocamente e se integram; daí a importância das “gerações intermediárias” no processo. O que chama de “Caráter contínuo das mudanças geracionais”. (MANNHEIM, 1993 apud WELLER, 2007, p. 7).

4 Considerações finais

Percebendo as áreas de atuação (política, artística, cultural, esportiva, literária etc.) em que lhe são permitidas manobras onde possa exercer sua liberdade, o jovem do ginásio das décadas de 1920 e 1930, movimenta-se entre conflitos e tensões próprias dos confrontos de gerações ou simplesmente frutos da necessidade de autoafirmação e legitimidade de sua identidade; vão se perfilando artífices de sua própria história. Sujeitos “estranhos”, “marginais” de uma ordem estabelecida antes já de seu nascimento e que, por ação intencionalizada, vão se constituindo protagonistas do processo histórico; indivíduos menos ingênuos e mais inconformistas.

Em se tratando da continuidade das mudanças de valores e culturas intergeracionais, observamos o velho convivendo com o novo, alterando-o e sendo por ele alterado. Neste sistema de trocas, a ocorrência de releituras e reinterpretções do conhecimento acumulado e o estabelecimento de novos saberes pelas gerações mais novas que assumem, neste contexto, as funções não só de mediadoras, mas revitalizadoras da cultura, como já dizia Mannheim.

Notas

- 1 Os textos que inspiraram este artigo encontram-se citados nas referências deste trabalho. O de Karl Mannheim, *Funções das gerações novas*, foi escrito por volta de 1941 e publicado no Brasil em 1983.
- 2 A expressão “rata”, na própria versão dos jovens da época, assume sentido de “vergonha e pilhéria” a que são constrangidos os indivíduos.

Referências

ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO. (ACBM). Juramento à bandeira. *A Crisálida*, Cuiabá, ano I, n. 15, p. 2, fev. 1927.

_____. Louquinho. Criticando. *Folha Juvenil*, Cuiabá, ano I, n. 5, p. 3, jul. 1937. (ACBM).

LARA, Marcos Rodrigues de. Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil contemporâneo. *Revista ponto-e-vírgula*, São Paulo, n. 4, 217-230, 2008.

MANNHEIM, Karl. Função das Gerações Novas. In: PEREIRA, L. P.; FORACCHI, M. M. (Org.). *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. XXV, p. 139-165, 1990.

POERNER, Artur José. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

PULCHÉRIO FILHO, J. B. Touradas. *A Crisálida*, Cuiabá, ano I, n. 23, p. 1, jun. 1927. (ACBM).

VIEIRA, M. L. De Tudo... bay British. *A Crisálida*, Cuiabá, ano IV, n. 44, p. 2, set. 1932. (ACBM).

WELLER, W. Karl Mannheim: um pioneiro da Sociologia da juventude. *Anais do Congresso brasileiro de Sociologia*, 13. 29 maio-1 jun. 2007. UFPE, Recife, PE. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=156&Itemid=171>. Acesso em: 7 nov. 2012.

Recebido em 22 abr. 2013 / Aprovado em 19 ago. 2013

Para referenciar este texto

NOLASCO, S. R.; SÁ, N. P. Juventude, revitalização cultural e a temática das gerações. *EccoS*, São Paulo, n. 31, p. 101-116. maio/ago. 2013.